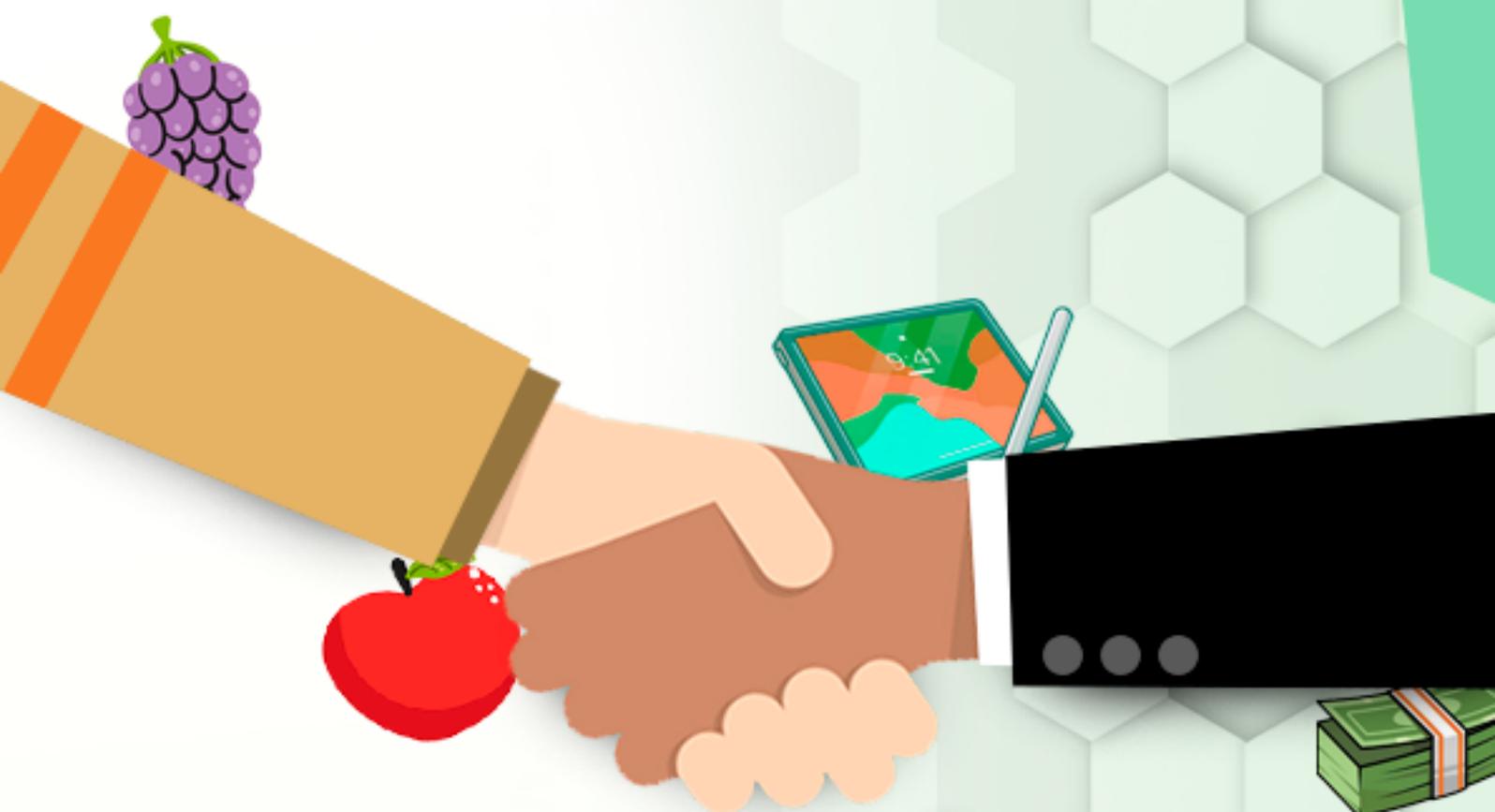


Revista

**Boas Práticas na Ater Pública
e na Pesquisa Agropecuária**



Edição Especial

**Balanço de Ações
da Asbraer 2023**

Asbraer
Janeiro de 2024

**Assistência Técnica e Extensão Rural, Ater Pública,
é gerar oportunidade no campo.**

**Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecu-
ária, OEPA, é desenvolver técnicas e tecnologias
que ajudem a agricultura familiar a crescer.**

**Ater Pública é disseminar boas práticas por
todo o Brasil.**

**OEPA é produzir novas técnicas e tecnologias
inovando o campo e fornecendo produtividade
sustentável à agricultura familiar.**

**OEPA e Ater Pública juntas é o fortalecimento com
qualidade e eficácia que o campo precisa.**

Expediente

Presidente do Conselho Diretor:

Natalino Avance de Souza

Vice-presidente Nacional de Assistência Técnica, Extensão Rural e Regularização Fundiária:

Luciano Brandão

Vice-presidente Nacional de Pesquisa Agropecuária:

Gilson dos Anjos Silva

Vice-presidentes Regionais

Região Nordeste

Titular: César José de Oliveira (Diretor presidente da Emater/RN)

Suplente: Lanns Alves de Almeida Filho (Superintendente da Bahiater/BA)

Região Norte

Titular: Washington Campos Ayres (Presidente do Ruraltins/TO)

Suplente: Daniel Pinto Borges (Diretor Presidente do Idam/AM)

Região Centro-Oeste

Titular: Renaldo Loffi (Presidente da Empaer/MT)

Suplente: Cleison Medas Duval (Presidente da Emater/DF)

Região Sudeste

Titular: Otávio Martins Maia (Diretor Presidente da Emater/MG)

Suplente: Marcelo Monteiro (Diretor Presidente da Emater/RJ)

Região Sul

Titular: Mara Helena Saalfeld (Presidente da Emater/RS)

Suplente: Dirceu Leite (Presidente da Epagri/SC)

Sede:

Endereço: SCLN 116, bloco F, sala 218, Edifício
Castanheira, Brasília/DF - CEP: 70.773-500

Telefone: (61) 3963-7873

www.asbraer.org.br

ascom@asbraer.org.br

Facebook: @asbraer

Instagram: @asbraer

YouTube: /Asbraer

Twitter: @Asbraer_oficial

Diretora Executiva:

Mariana Matias

Assessora de Comunicação:

Juliana Silva

Jornalista:

Ana Karoliny Barros

Assessor Parlamentar:

Isaac Sassi

Assistente Administrativa:

Jaqueline Santos

Estagiários:

Fernanda Karen (Comunicação)

Wenner Ferreira (Design)

Textos:

Juliana Silva e Ana Karoliny Barros

Revisão:

Juliana Silva

Projeto gráfico:

Wenner Ferreira

Publicação digital: Asbraer

SUMÁRIO

Editorial: Palavra do presidente da Asbraer Natalino Avance	Pg. 5
Asbraer fortalece ATER Pública e Pesquisa Agropecuária com representação política em Conselhos Nacionais	Pg. 6
<i>Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea</i>	<i>Pg. 6</i>
<i>Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf</i>	<i>Pg. 8</i>
Políticas de ATER	Pg. 9
<i>Asbraer debate políticas de Ater e disciplina de Extensão em Fórum Nacional de Professores e Professoras da Extensão Rural</i>	<i>Pg. 9</i>
<i>Plano Safra 2023/2024 tem 2 versões</i>	<i>Pg. 10</i>
<i>Presidente da Asbraer aborda panorama da Ater e Pesquisa Agropecuária e perspectivas para o futuro em palestra</i>	<i>Pg. 12</i>
<i>Asbraer e parceiros participam de audiência pública na Câmara dos Deputados para debater o sistema público de Ater</i>	<i>Pg. 13</i>
<i>Presidente da Asbraer entrega proposta de financiamento da Ater ao ministro da Agricultura Familiar</i>	<i>Pg. 15</i>
<i>Asbraer mobiliza parlamentares para fortalecer Ater pública</i>	<i>Pg. 16</i>
Políticas de Pesquisa	Pg. 17
<i>Fortalecimento das relações OEPAs e Embrapa</i>	<i>Pg. 17</i>
<i>SNPA</i>	<i>Pg. 19</i>
Parcerias que geram resultados	Pg. 21
<i>Representando a Asbraer, extensionistas da Emater-GO e Emater-MG participam da construção do 2º ciclo do Plano Nacional do Javali</i>	<i>Pg. 21</i>
<i>Asbraer e Secretaria de Inspeção do Trabalho iniciam diálogos para realizar parceria</i>	<i>Pg. 22</i>
<i>Asbraer participa de reunião dos comitês de implementação do Projeto TEEB Agricultura e Alimentos ABC+</i>	<i>Pg. 22</i>
<i>Asbraer participa da Conferência da Alimentação Escolar</i>	<i>Pg. 23</i>

Palavra do Presidente

Natalino Avance

O ano de 2023 marcou o primeiro ano da nossa gestão na Asbraer e com o novo escopo. Mais abrangente, mais ampliado, incorporando as instituições estaduais de pesquisa agropecuária e a regularização fundiária.

É um marco importante para a Asbraer, para as OEPA's e Ater Pública. Porque é notório que quando esses dois segmentos se juntam a efetividade é certa. E precisamos fazer a pesquisa e a Ater conversarem para levar o que é desenvolvido no laboratório para o campo. Visamos sempre uma agricultura familiar mais forte e, para isso, precisamos promover esse diálogo e troca de experiências. Então, essa abertura de escopo mantendo uma conversa constante entre Ater, pesquisa e regularização fundiária foi uma conquista importante que marcou 2023.

Outro passo importante que demos foi o impulsionamento das articulações junto ao Congresso Nacional, ao Governo Federal e organismos internacionais. 2023 foi um ano intenso de reuniões, conversas, articulações para fomentar a Ater e a Pesquisa públicas. Pudemos mostrar a importância dessas instituições não só para a agricultura familiar, mais para toda a sociedade. Uma vez que com mais Ater e Pesquisa públicas, temos maior amparo ao agricultor familiar e é este que abastece a mesa das brasileiras e brasileiros. Com fortalecimento desses serviços que compõem a Rede Asbraer, possibilitamos o fomento a políticas públicas de combate a fome e redução das pobrezas, de segurança alimentar e nutricional e um desenvolvimento mais sustentável. Porque a premissa básica da Rede Asbraer é o desenvolvimento com respeito ao meio ambiente.

Com a volta dos Conselhos Nacionais, a Asbraer passou a ter participação em conselhos-chave onde tem papel estratégico no suporte à formulação de políticas públicas no que pesem a temáticas relacionadas a segurança alimentar e desenvolvimento rural. Eixos temáticos onde a Ater Pública e a Pesquisa Agropecuária são fundamentais.

É importante citar aqui, também, a retomada das ações integradas com o DATER/MDA e com a Anater direcionadas ao fortalecimento do serviço público como mecanismo eficaz de viabilização da agricultura familiar e de modernização das entidades estaduais.

Além desses diálogos governamentais, tivemos diversas ações que já vinham caminhando com organismos internacionais. Isso porque a Ater Pública é referência internacional. Pudemos colaborar com a Cooperação Técnica Brasil-FAO para a Alimentação Escolar e mostrar para o mundo de que forma a Ater Pública atua para o bom andamento do PNAE.

A Asbraer segue nesse caminho do diálogo para fortalecer nossa Rede [pesquisa agropecuária, regularização fundiária e assistência técnica e extensão rural] com o objetivo de atender cada vez melhor o agricultor familiar e, assim, desenvolver o país de forma sustentável e socialmente justa.

Asbraer fortalece ATER Pública e Pesquisa Agropecuária com representação política em Conselhos Nacionais

Neste ano de 2023, ocorreu a retomada de Conselhos Federais. Afim de se manter dentro das discussões políticas articulando pela valorização da Assistência Técnica e Extensão Rural Públicas e das Organização das Entidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), a Asbraer ingressou no corpo de alguns desses conselhos tendo participação ativa para proporcionar discussões de relevância que gerem ações e políticas para a agricultura familiar.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) é um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República para formulação de políticas públicas.

A Medida Provisória nº 1.154, de 2023, estabelece que

“Ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de diretrizes para a garantia do direito humano à alimentação, e integrar as ações governamentais com vistas ao atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas, em especial o combate à fome”.

O Consea é composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais. A presidência é exercida por um representante da sociedade civil, indicado entre os seus membros e designado pela Presidência da República.

O Conselho tem caráter consultivo e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), responsável pela gestão intersetorial de políticas públicas e a articulação entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com a participação social da sociedade, para a implementação e execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Asbraer passou a compor o Conselho, como observador, a partir do chamamento de abril 2023, sendo habilitada a participar em junho de 2023 nas pessoas de Loiselene Trindade (Emater/DF), membra titular, e Mariana Matias (diretora executiva Asbraer), membra suplente.

A 3ª Plenária anual contou com a presença dos ministros Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, além de Gilberto Carvalho, secretário nacional de

Economia Popular e Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. A Asbraer esteve representada na Plenária pelo assessor parlamentar, Isaac Sassi.



Segundo a conselheira do Consea, Vanessa Schottz, representante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), a prestação continuada de ATER é um dos pilares da alimentação saudável. A expectativa é que a ATER Pública seja amparada pelo plano para investir em sua estrutura e continuar a fortalecer a agricultura familiar brasileira e, conseqüentemente, no abastecimento de alimentos saudáveis à sociedade.

6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

No ano de 2023, foi realizada a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) com o lema “Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade”.

Quem deu início às conferências estaduais foi o DF, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rondônia e Tocantins nos dias 26 e 27 de outubro com a participação do presidente da Emater/RO e vice-presidente Nacional de ATER da Asbraer, Luciano Brandão, mostrando a importância da ATER no desenvolvimento do campo para a promoção da segurança alimentar no Brasil.

Segundo o Anuário Estatístico da Agricultura Familiar de 2022 da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), agricultura familiar brasileira é a principal responsável pelo abastecimento do mercado interno com alimentos saudáveis e sustentáveis, que busca a preservação dos recursos ambientais, a cultura rural, gera ocupações rurais e promove o desenvolvimento sustentável do País. Eles respondem por 23% do valor bruto da produção agropecuária brasileira e pela dinamização econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes (68% do total).

Dada a importância da agricultura familiar, é necessário fomentar o atendimento de ATER a este público de forma cada vez mais ampla para garantir a segurança alimentar e distribuição de alimentos no Brasil promovendo o combate à fome e segurança nutricional.



Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)

O Condraf é órgão colegiado e integra a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em 1995 foi criado o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, linha de crédito para agricultores familiares. Para receber os recursos do PRONAF os municípios precisam elaborar planos de desenvolvimento rural. No entanto, estes precisam ser aprovados por Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. A gestão do programa exigia a constituição de novas estruturas: conselhos de âmbito local, estadual e regional. Por fim, em 2003 veio o conselho nacional com a finalidade de propor diretrizes para a implementação e formulação de políticas públicas em desenvolvimento rural sustentável, reforma agrária e agricultura familiar. Em 2019 o Condraf foi extinto e, em março de 2023, foi retomado por meio do Decreto nº 11.451, de 22 de março de 2023.

Buscando compor Conselhos estratégicos, a Asbraer participou da eleição do Condraf. A associação foi eleita como associação ou articulação nacional de empresas estaduais de extensão rural, tendo como titular Cesar Oliveira, vice-presidente da região nordeste, e como suplente Mariana Matias, diretora executiva.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), no dia 17 de agosto de 2023, 60 conselheiros tomaram posse: 24 representantes de órgãos do Poder Executivo Federal e 36 representantes da sociedade civil e movimentos sociais.

Para César, a participação da Asbraer no Conselho é fundamental para qualificar as discussões, já que é uma associação com grande capilaridade representando a Ater pública de todo país que está presente em todo território nacional. “A Asbraer é fundamental para levar seu conhecimento para o debate no Condraf por ter representação em todo o Brasil, englobando a Ater Pública e a Pesquisa Agropecuária. Isso possibilita que possamos falar sobre produção de alimentos saudáveis, atuação para mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável do país de forma eficaz, qualificada e que atenda a realidade de cada região”, afirmou.

Em janeiro de 2024 é realizada a 2ª reunião ordinária do Conselho para deliberar sobre o planejamento para o ano corrente.



Políticas de ATER

O ano de 2023 foi marcado por muitas articulações políticas da Asbraer e suas associadas junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional na busca por valorização e fortalecimento da Ater e Pesquisa Agropecuária públicas, além de pleitear um financiamento justo de Ater.

Asbraer debate políticas de Ater e disciplina de Extensão em Fórum Nacional de Professoras e Professores da Extensão Rural

Em julho de 2023 aconteceu o Fórum Nacional dos Professoras e Professores de Extensão Rural no Palácio do Desenvolvimento, em Brasília. O evento teve como objetivo promover o debate sobre a disciplina de Extensão Rural – essencial para a formação dos extensionistas – e as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).



Foto: Ana Karoliny Barros/Ascom Asbraer

A diretora executiva da Asbraer, Mariana Matias, participou do fórum e lembrou a necessidade de uma atualização da Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável (Mexpar) – criada pela Emater-MG. A Mexpar foi publicada em 2007 e é utilizada até hoje. “Essa metodologia é muito solicitada na Asbraer, inclusive internacionalmente, mas eu acho que já é o momento de a gente propor uma revisão e uma atualização dessa metodologia até para as novas tecnologias que nós temos, para as novas políticas públicas e para o público alvo que nós precisamos atender.”

Mariana também sugeriu a manutenção da disciplina de Extensão Rural específica para os cursos de Ciências Agrárias e a criação de outra com conteúdos mais gerais para graduações voltadas para as áreas de humanas e sociais.

Para a diretora executiva, é muito importante o apoio dos extensionistas para a construção do conteúdo programático dessas disciplinas. “[...] *de repente, até ser uma disciplina com um plano de ensino elaborado por extensionistas ou, pelo menos,*

auxiliado, porque são essas pessoas que realmente conhecem esse trabalho de extensão rural e têm a capilaridade de levar isso para 5.015 municípios do Brasil.”

De acordo com um estudo feito pela coordenadora do fórum e professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Laila Debres, destaca que, por seu caráter interdisciplinar, essa matéria tem sido cursada de forma optativa por estudantes de cursos que fogem das Ciências Agrárias e, assim, sofrido pressão para ter sua carga horária diminuída e seus temas voltados para questões mais gerais da extensão.

“Outros conteúdos que também são importantes não estão presentes em 100% desses cursos, como é o caso das questões socioambientais e agrárias, onde a temática de agroecologia e sustentabilidade se encaixam, presentes apenas em 48,8%”, exemplificou Laila.

Ainda segundo o estudo, apenas 32,8% dos planos de ensino tratam sobre desenvolvimento rural e políticas públicas, e 18,4% sobre a diversidade de públicos da ação extensionista.

Referência na área, a professora Sônia Bergamasco afirmou que “nós temos experiências acumuladas. Então, eu acho que a gente pode retomar e, é claro, reformular [cursos e oficinas] olhando o agora”.

Políticas de Ater

Para a secretária de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SAF/MDA), Patrícia Vasconcelos, as políticas públicas de Ater precisam ser melhoradas e novos programas precisam ser construídos. “A gente tem esse enorme desafio na questão do acompanhamento técnico, na área da Ater, mas é uma missão bem clara de prioridade do nosso ministro Paulo Teixeira, inclusive essa relação com as universidades e os institutos federais”, ressaltou.

O diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater/MDA), Marenilson Batista, informou que o fortalecimento da rede de Ater Pública, por meio da Asbraer, é uma das ações prioritárias do departamento em 2023.

“Nós estamos apresentando no Plano Safra, um pacto de Ater do Brasil, nós vamos colocar um recurso na rede Ater, em torno de 30 milhões. Em contrapartida, nós queremos muito PAA [Programa de Aquisição de Alimentos], muito Pronaf Agroecologia [Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar] e essa parceria com o presidente Natalino [da Asbraer] e as demais associadas está muito bacana”, completou.



Foto: Ana Karoliny Barros/Ascom Asbraer

O evento reuniu professores de várias universidades e institutos federais do Brasil e também contou com a presença de representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa (Faser), da Casa Civil, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e de outras secretarias do MDA.

Plano Safra 2023/2024 tem 2 versões

Além do Plano Safra Geral, o Governo Federal lançou o Plano Safra específico para Agricultura familiar

No dia 27 de junho de 2023, o Governo Federal lançou o Plano Safra 2023/2024, em Brasília-DF. Com um volume de R\$ 364,22 bilhões, os recursos serão destinados ao crédito rural para produtores que se enquadram no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e demais até junho de 2024.

Neste Plano, o financiamento teve um aumento de 27% em relação ao anterior (R\$ 287,16 bilhões), segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Do total, R\$ 272,12 bilhões são destinados ao custeio e comercialização, e os outros R\$ 92,1 bilhões para investimentos.

Para custeio e comercialização, as taxas de juros são de 8% ao ano para os produtores enquadrados no Pronamp e de 12% para os demais; já para investimento, as taxas podem variar de 7% e 12,5% ao ano, de acordo com o programa.

Como incentivo a produções sustentáveis, o Plano prevê uma redução de 0,5 ponto percentual na taxa de juros de custeio para os produtores que adotarem boas práticas de produção, como agroecologia, utilização de bioinsumos e de energias renováveis. Também possuem juros reduzidos, os produtores que detem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) analisado no Programa de Regularização Ambiental (PRA), sem passivo ambiental ou passível de emissão de cota de reserva ambiental.

Durante o lançamento do plano, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que “esse é o primeiro Plano Safra do governo, mas todos os anos faremos programas melhores que o do ano anterior”. Em seu discurso, o ministro da Agricultura e Pecuária (Mapa), Carlos Fávaro, anunciou o programa como “o maior da história”.



Fortalecimento aos médios produtores

Para os produtores enquadrados no Pronamp, o limite de renda bruta passa de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3 milhões, considerando a elevação dos preços dos produtos agrícolas, afirma o Mapa.

A taxa de juros para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas por meio do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) será reduzida para 10,5% ao ano, sem limite de financiamento, para o Pronamp.

Além disso, o limite de financiamento de investimentos passa de R\$ 430 mil para R\$ 600 mil por beneficiário/ano.

RenovAgro

Outra medida de estímulo à sustentabilidade é a incorporação do Programa para a Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (ABC) ao Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (RenovAgro).

A proposta do RenovAgro é investir em boas práticas de produção com o propósito de recuperar pastagens e áreas degradadas com a implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas (ILPF), entre outras técnicas para preservar os recursos naturais.

Agricultura Familiar

Na mesma semana, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Paulo Teixeira, lançaram o Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/24. O montante é de R\$ 77,7 bilhões.

Deste valor, R\$ 71,6 bilhões são destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um aumento de 34% em relação à quantia designada para o crédito rural na safra passada; R\$ 30 milhões são para apoiar a estruturação da rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) pública; e o restante para ações de compras públicas, Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), Garantia-Safra e Proagro Mais.

O ministro Paulo Teixeira anunciou que serão destinados também R\$ 20 milhões para ações de Ater em agroecologia na Amazônia, combinadas com o programa Bolsa Verde, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e do Fomento Produtivo Rural, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Segundo o presidente da Asbraer, Natalino Avance, a volta do Plano Safra específico para a agricultura familiar traz tranquilidade ao campo e significa um apoio às associações. *“Esse é um movimento importante porque ajuda os agricultores a planejar um pouco melhor, ajuda as instituições de assistência técnica e extensão rural a montar suas estratégias com os seus parceiros”, afirmou.*

“Tanto o anúncio do Plano Safra para a agricultura empresarial quanto o da agricultura familiar vieram em uma boa hora, com um



bom volume de recursos, com taxa de juros que, se não atendeu na totalidade, demonstrou boa vontade do governo da União, no sentido de apoiar tanto o agronegócio quanto a agricultura familiar”, concluiu Avance.

O volume total de recursos investidos na Ater é de R\$ 200 milhões, de acordo com o MDA, em nota.

Neste Plano, a taxa de juros para a produção de alimentos foi reduzida de 5% para 4% ao ano. As alíquotas do Proagro Mais também caíram em 50%. Na linha do Pronaf B, a renda anual de enquadramento passa de R\$ 23 mil para R\$ 40 mil, assim como o limite de financiamento, que aumenta de R\$ 6 mil para R\$ 10 mil.

Com a intenção de aumentar a produtividade dos agricultores familiares com a aquisição de máquinas e implementos agrícolas específicos, o Programa Mais Alimentos foi relançado. Os juros na linha do Pronaf para máquinas e implementos agrícolas passam de 6% para 5% ao ano.

As mulheres rurais com renda bruta de até R\$ 100 mil poderão ser enquadradas em uma nova faixa no Pronaf Mulher. Nela, o limite de financiamento será de até R\$ 25 mil, com taxa de juros de 4% ao ano.

Presidente da Asbraer aborda panorama da Ater e Pesquisa Agropecuária e perspectivas para o futuro em palestra

No dia 16 de agosto de 2023 foi realizado o ciclo de palestras Horizontes de Ater 2023-2033 com participação do presidente da Asbraer, Natalino Avance com o tema “Panorama da Ater e Pesquisa Agropecuária públicas, e perspectivas para os próximos anos”.

O evento foi on-line e está disponível para assistir na íntegra no YouTube.



Clique aqui e assista

da qualificação, da qualidade de entrega, quando você consegue aproximar pesquisa e extensão, você consegue realizar um serviço com mais qualidade”, justificou.

Atualmente, 17 estados possuem entidades estaduais de pesquisa agropecuária, sendo seis unidades específicas e 11 instituições que incorporam pesquisa e extensão.

Segundo o presidente, uma preocupação é o aumento da urbanização e o êxodo rural. “Quem está ficando no meio rural? A gente trabalha com que a população do meio rural está envelhecendo, os jovens não se sentem, de maneira geral, atraídos. Não é pela agricultura, mas é por ficar numa condição de qualidade de vida inferior à que ele encontra nos grandes centros e isso vale para o Brasil como um todo”, disse.

Incentivar a permanência de jovens no campo faz parte dos objetivos da Ater Pública, por isso nossas associadas contam com projetos de capacitação e oportunidades para jovens de 16 a 29 anos em todo o Brasil, como, por exemplo, o Filhos deste Solo, da Emater-DF, e o Pec Jovem, da Epagri-SC.

O evento é uma iniciativa do portal O Extensionista, coordenado pelo professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Ezequiel Redin, e da Rede Aurora de Diálogos em Ater Digital na América Latina, um projeto de extensão da faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo (USP), sob coordenação do professor Luís Fernando Zuin.

Na ocasião, Avance salientou a importância da integração entre a extensão rural e a pesquisa agropecuária, destacando a fusão dos órgãos estaduais responsáveis por cada uma dessas áreas. “Do ponto de vista

Para Avance, a relação entre o número de extensionistas e o de agricultores familiares atendidos é pouco estreita. Dados do censo realizado pela Asbraer, em 2023, mostram que as entidades de Ater pública possuem 12.910 extensionistas, sendo que são atendidos, em média, 187 agricultores por extensionista.

Confira outros dados em nossos indicadores.

“Você que é extensionista, você consegue atender, levar políticas públicas, mas você não tem tempo para se dedicar ao aperfeiçoamento dos sistemas de produção. Isso nos mostra que é necessário a gente pensar no contingente de extensionistas que temos hoje. Eu advogo que é um número pequeno frente aos desafios que a gente tem no Brasil, à necessidade que a gente tem de promover a redução de desigualdades, de inclusão socioeconômica”, afirmou o presidente.

Avance ainda destacou a Ater pública como fundamental para a redução de desigualdades tecnológicas, para atender públicos marginalizados e comunidades tradicionais, assim como para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável.

Asbraer e parceiros participam de audiência pública na Câmara dos Deputados para debater o sistema público de Ater

Presidentes e diretores de dez instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) públicas estiveram presentes, em setembro de 2023, em audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento (CAPADR), na Câmara dos Deputados, em Brasília, para tratar sobre o serviço público de Ater, especialmente a situação orçamentária das entidades.

Foto: Fernanda Karem/Ascom Asbraer



Natalino Avance, presidente da Asbraer, apresentou o cenário da situação de trabalho das empresas públicas, destacando a proporção entre agricultores atendidos e extensionistas. “Esse número [de extensionistas] já chegou a mais de 16 mil das entidades oficiais. Então, é inversamente proporcional à evolução da agricultura.” Atualmente, a rede pública de Ater conta com 13.690 extensionistas.

Avance ainda falou sobre as desigualdades sociais, econômicas e tecnológicas no campo, que afetam, principalmente, os agricultores familiares e o trabalho dos extensionistas, a contribuição histórica da Pesquisa Agropecuária e da Ater pública para transformarem o Brasil em uma potência mundial na produção de alimentos. “A Pesquisa e a Ater pública fazem para o país o que as privadas não podem fazer”, disse Avance, destacando como essenciais maiores investimentos governamentais para permitir a qualificação e a modernização do serviço da Ater pública.



Foto: Fernanda Karem/Ascom Asbraer

Segundo o deputado federal Coronel Assis (União-MT), que presidiu a comissão, o investimento federal nas políticas de Ater têm sido cada vez mais reduzido, apesar do sistema atender mais de 2 milhões de produtores ligados à agricultura familiar.

Para o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater/MDA), Marenilson Batista, “a valorização da extensão é super importante para que possamos superar os grandes desafios que o Brasil tem hoje, seja na superação da fome, seja nessas questões das mudanças climáticas”.

Conversa com o ministro

Os presidentes das entidades de Ater estiveram presentes em um almoço com o ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), na tarde do mesmo dia.

Durante a conversa, Teixeira ressaltou que o Brasil poderia ser uma potência agrícola maior e “alimentar muito melhor o seu povo” com mais investimento na Ater pública. “No Brasil, hoje, você tem conhecimento para prover uma assistência técnica e extensão rural de altíssimo nível, só que o sistema de Ater foi desmontado e precisa ser remontado. Nós temos tecnologia, vocês tem tecnologia, mas a capacidade de chegar no agricultor é baixa”, afirmou, destacando a importância de mais investimentos para a pesquisa, tecnologia e o acompanhamento dos agricultores pelos extensionistas.

Para o presidente da Anater, Jefferson Coriteac, o encontro “sela uma aliança e uma irmandade que existe entre a Anater e a Asbraer. A ideia é nós fortalecermos ainda mais a assistência técnica e extensão rural, seja ela privada ou pública”.

O ministro solicitou, ainda, que a Asbraer enviasse uma proposta de financiamento de Ater para buscar soluções junto ao Governo Federal e o Parlamento.

Foto: Fernanda Karem/Ascom Asbraer



Vice-presidente de Ater da Asbraer, Luciano Brandão, o ministro Paulo Teixeira, o presidente da Asbraer, Natalino Avance, o diretor do Dater, Marenilson Batista, e a diretora de Administração da Em-paer-MT, Flávia Almeida.

A secretária da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Patrícia Vasconcellos, o presidente da Anater, Jefferson Coriteac, e o diretor financeiro da agência, Camilo Capiberibe participaram do almoço.



Marenilson Batista, durante a audiência pública

Batista lembrou que é a extensão rural quem faz o mapeamento dos agricultores e executa os projetos e por isso é necessário mais recursos que fortaleçam todo o sistema de Ater. “Nós gostaríamos que o sistema de Ater tivesse uma dotação específica. Nós temos a política nacional de Ater que foi criada, temos agência de execução, temos Dater e outras instituições, mas nós não temos orçamento carimbado todo ano, ou seja, como é que você vai constituir um sistema se você não tem um orçamento direcionado para a rede”, concluiu o diretor.

O encontro contou com a presença da diretora técnica da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), Loroana Santana, o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Ater e da Pesquisa, do setor público agrícola do Brasil (Faser), José Cláudio Fidélis, e dirigentes das instituições de Ater do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Roraima, Bahia, Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Santa Catarina e Paraíba. Representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Associação dos Servidores da Emater-DF (Asser), além de deputados e extensionistas também participaram da audiência.

Clique aqui para ver a sessão na íntegra pelo YouTube.



Clique aqui e assista

Presidente da Asbraer entrega proposta de financiamento da Ater ao ministro da Agricultura Familiar

Projeto foi uma demanda do ministro do MDA à Asbraer para valorização e investimento na Ater pública

O presidente da Asbraer, Natalino Avance, entregou, em outubro de 2023, a proposta de financiamento federal para as entidades oficiais de assistência técnica e extensão rural (Ater) ao ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, no município de Araçongas (PR). A proposta busca redimensionar os recursos a serem direcionados ao serviço de Ater e ainda manter o aumento no nível de investimento federal nesse trabalho.

Leia a proposta na íntegra aqui.

“Eu estive conversando com o ministro no dia 14 de setembro e ele me fez um desafio que eu entregasse para ele, em 30 dias, uma proposta de financiamento da Ater pública, porque quem precisa de assistência técnica pública são os pequenos”, disse Avance, durante a entrega, realizada em um evento da Cooperativa da Comercialização e Reforma Agrária Camponesa (Copran).



Avance lembrou que o único caminho para a agricultura familiar é agregar valor à produção e para isso a Ater pública é fundamental.

Para o ministro Paulo Teixeira, a partir da proposta será possível iniciar as discussões sobre o sistema nacional de Ater para ampliar a capilaridade das entidades e melhorar os resultados das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

“Lançamos um programa de assistência técnica e extensão rural de R\$ 120 milhões e, hoje, pego a sugestão de vocês porque nós agora vamos avançar para a discussão de um sistema nacional de assistência técnica e extensão rural a exemplo do que é o SUS, para que tenha financiamento permanente e a assistência técnica chegue a todo agricultor”, concluiu.



O ministro acordou com Natalino que avaliaria a proposta e faria uma reunião para discuti-la. A reunião foi agendada, porém, ainda não aconteceu. Até o fechamento desta revista não houve retorno de Paulo Teixeira sobre a proposta apresentada pela Asbraer.

A Asbraer segue no aguardo do retorno do ministro e à disposição para discuti-la com o objetivo de viabilizar uma Ater cada vez mais forte fornecendo sempre o melhor suporte à agricultura familiar de todo o país de forma mais ampla possível.

Asbraer mobiliza parlamentares para fortalecer Ater pública

Ainda em outubro, a Asbraer realizou um café da manhã com parlamentares para dialogar sobre o fortalecimento do serviço oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). O encontro é resultado da atuação da Asbraer e dos dirigentes das associadas para mobilizar deputados federais e senadores aliados à pauta da agricultura familiar e da Ater.



O presidente da associação, Natalino Avance, afirmou que há um desequilíbrio em relação à inclusão dos agricultores familiares, resultado da falta de investimento na Ater pública. “Se você pegar o médio e o grande produtor, alguns deles têm uma relação de um [técnico] para um [agricultor]. Por que o pequeno precisa ter essa relação de 300 para um? Nós só queremos ter o direito de proporcionar uma assistência técnica de mais qualidade aos pequenos agricultores do nosso país”, ressaltou Avance.

Durante o evento, realizado na Câmara dos Deputados, foi constituída a Frente Parlamentar de Ater, requerida pelo deputado federal Zé Silva (SD-MG). “Tem vários projetos de leis tramitando. Se nós aprovarmos três projetos, nós já resolvemos metade do problema do financiamento da extensão rural”, disse o deputado, mencionando a proposta de financiamento federal entregue pela Asbraer.

Para o deputado federal Tião Medeiros (PP-PR), o momento agora é para colocar o pacto em prática. “Nosso grande desafio é ter correspondência entre aquilo que se fala e aquilo que se faz. Precisamos fazer com que haja recursos.”

A secretária da Agricultura Familiar e Agroecologia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SAF/MDA), Patrícia Vasconcellos, participou da solenidade e destacou o papel fundamental

da Ater oficial na execução das políticas públicas. “A transformação e o potencial da agricultura familiar passa pelo fortalecimento da Ater. Nós recebemos a proposta, o ministro já determinou que a gente analise e tenha momentos com vocês para que a gente possa construir essa pauta”, concluiu, apontando também a necessidade da reestruturação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

A diretora técnica da Anater, Loroana Santana, colocou a agência à disposição para colaborar com as instituições de Ater no auxílio ao agricultor familiar para que estes cheguem em um patamar mais elevado. “As entidades públicas têm metade do efetivo dos extensionistas do país e para isso ela precisa desse olhar prioritário”, afirmou.

Políticas de Pesquisa

Asbraer e Embrapa dialogam para integrar trabalhos de pesquisa

Com a inserção da pesquisa agropecuária no escopo da Asbraer, a associação buscou maior relacionamento com a Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Neste sentido, diversos encontros foram realizados para promover diálogo e ações que visem fortalecer a pesquisa agropecuária, suas instituições e, assim, garantir o desenvolvimento de técnicas e tecnologias ao alcance do agricultor familiar.

Em setembro de 2023 o presidente da Asbraer, Natalino Avance, e a presidente da Embrapa, Silvia Massurhá, se reuniram para dialogar sobre a parceria entre a instituição nacional e as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAS).



A expectativa é que com a implementação das câmaras técnicas de assistência técnica e extensão rural (Ater), e a de Pesquisa Agropecuária, o diálogo entre a associadas da Asbraer e a Embrapa, assim como de outras entidades parceiras, seja estreitado para a realização de projeto de inovação conjuntos.

Neste encontro, estiveram presentes também os diretores da Embrapa, o vice-presidente de Ater da Asbraer, Luciano Brandão, e os dirigentes da Emater-RS, Mara Helena Saalfeld, da Empaer-MT, Renaldo Loffi, e da Bahiater-BA, Lanns Alves.



Para Silvia, o momento é de integração e colaboração entre o trabalho da Embrapa e das OEPAS. “Vamos pensar para a gente trabalhar melhor o sistema de inovação agrícola, que envolve todos nós, as instituições de pesquisa, a extensão rural, universidade, os órgãos estaduais de pesquisa, o setor produtivo”.

De acordo com Avance, “a parceria entre a Embrapa e as OEPAS é fundamental para levar desenvolvimento e tecnologia ao campo, especialmente às pequenas propriedades”. A pesquisa pública atua, principalmente, em temas que não são cobertos por outras instituições.

Em outubro, foi a vez da chefe da assessoria de relações institucionais e governamentais da Embrapa, Cynthia Cury, visitar a Asbraer para um encontro estratégico de alinhamento de expectativas e demandas. Deste encontro, foi determinada a realização do Encontro Nacional de Pesquisa Agropecuária e as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), na 64ª Assembleia Geral Ordinária realizada na sede da Embrapa, em Brasília.



Cynthia Cury, chefe da assessoria de relações institucionais e governamentais da Embrapa, visita Asbraer

O Encontro foi realizado no dia 4 de dezembro e teve como pauta:

- 1. Participação da Asbraer no Comitê Gestor do PAC:** Os representantes discutiram a integração da entidade no Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visando uma maior participação nas decisões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento agropecuário.
- 2. Definição de critérios para acessar os recursos do PAC:** Durante o encontro, foi debatida a definição de critérios que permitam às Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária acessar os recursos disponíveis no PAC, a fim de impulsionar a pesquisa e inovação no setor.
- 3. Construção de diretrizes para Projetos Regionais Integrados:** A reunião buscou estabelecer diretrizes para a criação e execução de projetos regionais integrados que promovam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em todo o país, contribuindo para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais.
- 4. Ajuste das demandas mútuas entre OEPAs e Embrapa:** Durante o encontro, as OEPAs e a Embrapa buscaram alinhar suas demandas e necessidades relacionadas a questões de áreas e de pessoas, a fim de otimizar a colaboração e a eficiência das ações conjuntas.



O chamamento irá selecionar, mediante edital, projetos básicos elaborados por OEPAs, que busquem aquisição de instrumentação científica para laboratórios que visem:

- Modernização da infraestrutura e automação de campos experimentais;
- Aquisição de instrumentação científica para laboratórios;
- Promoção de ações de transferência de tecnologia digital.



Novo PAC/Embrapa

O projeto tem por objetivo a conclusão das obras iniciadas e não terminadas no PAC anterior, bem como a modernização das entidades de pesquisa. Segundo a Diretora de Pessoas, Serviços e Finanças da Embrapa, Selma Beltrão, o Governo Federal determinou que do recurso do PAC – Embrapa, com projeção de R\$ 983.400.00,00, seja destinado às OEPAs o valor de R\$ 145 milhões. A prioridade é finalização das estruturas iniciadas no PAC 2008, investimento para implementação, expansão e modernização e transferência de tecnologia digital.

Esse edital terá duas linhas:

- Linha A: instituições que tenham condições de apresentar projetos completos que possam ser avaliados e executados ainda em 2024.
- Linha B para instituições que necessitam de apoio mediante contratação de consultoria para elaboração dos projetos.

As OEPAs, participantes da plataforma colaborativa regional de projetos promovida pela Embrapa, terão prioridade no processo de seleção dos projetos em cada chamada, seja Linha A ou B.

Os projetos deverão priorizar:

- Modernização e automação de áreas de uso comum (OEPAs e Embrapa);
- Modernização e expansão de laboratórios de uso comum (OEPAs e Embrapa);
- Modernização e expansão de bancos ativos de germoplasma;
- Modernização de infraestrutura para ações de transferência de tecnologia digital.



Desta forma, a Embrapa pretende lançar chamamentos sendo:

Chamamento 01/2024

Buscando fortalecer a capacidade do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) em contribuir com políticas públicas e programas sociais de segurança alimentar, energética e climática e com desenvolvimento regional sustentável, bem como ampliar a sua atuação em parceria com o mercado internacional.

A diretora da Embrapa destacou, ainda, as áreas não contempladas com investimentos do Novo PAC-Embrapa/OEPAs, sendo elas:

- Tecnologia de informação (pcs, notebooks, periféricos, câmeras, hardware e software); veículos utilitários; máquinas agrícolas.

O Chamamento 2/2024 tem perspectiva para acontecer em julho de 2024.

Selma informou que a governança do PAC-Embrapa/OEPAs contará com um Comitê de Seleção dos projetos das Oepas, formado por 7 membros, quais sejam:

- 1 assessor de monitoramento do Novo PAC;
- 2 representantes indicados pela Asbraer (Câmara Técnica de Pesquisa Agropecuária);
- 1 representante de cada diretoria-executiva da Embrapa.

Cronograma 01/2024

04/12/2023 – debate chamada com OEPAs – ocorrido na 64ª Assembleia Geral Ordinária

2024

15/01 – Lançamento da 1ª Chamada

16/03 a 06/04 – Análise das propostas

07/04 – Resultado preliminar

08 a 17/04 – Prazo de recursos

18 a 20/04 – Análise de recursos

21 a 30/04 – Divulgação de resultados

Junho/4 a maio/26 – Execução da 1ª chamada

Julho/2024 – lançamento da 2ª chamada

Dezembro a novembro/26 – execução projetos 2ª chamada

Asbraer participa de Reunião da Comissão do Senado Federal para discutir projeto de lei do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária

Em setembro de 2023, foi aberta a 23ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal, na primeira sessão legislativa ordinária da 57ª legislatura. A reunião, que ocorreu de modo semipresencial e teve como principal objetivo a realização de uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei 6.417/2019, que trata do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

O projeto, que envolve o Poder Executivo, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, entidades representativas da área e representantes de gru-

pos de estudos dedicados ao tema, foi discutido em cumprimento ao requerimento número 24 de 2023, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT).

A audiência contou com a participação do Vice-presidente Nacional de Pesquisa Agropecuária da Asbraer, Gilson dos Anjos Silva, especialistas em pesquisa agropecuária, representantes do governo, e demais interessados no tema. O debate foi fundamental para esclarecer pontos cruciais do projeto, bem como para colher contribuições que possam aprimorar a legislação em questão.

Gilson dos Anjos deu um panorama sobre as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) no País, além de apresentar propostas de alteração ao SNPA, tais quais:

- Estabelecimento de Planos Plurianuais e Planos Operativos Anuais próprios para a pesquisa agropecuária;
- Estruturação em Rede do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA), articulada por meio de plataforma digital, com informações padronizadas.

“Precisamos ter um sistema único onde todas as OEPAs, a Embrapa possam colocar sua base de dados para entendermos o que cada estado e instituição precisa. Através desse banco de dados interligado podemos melhorar muito nossos avanços e ter resultados mais produtivos”, afirmou o vice-presidente.

Gilson indaga, ainda, a necessidade de se focar recursos nas instituições que possuem a vocação primária na pesquisa, que são as OEPAs e a Embrapa. “Nos preocupa a pulverização dos recursos. As OEPAs e a Embrapa possuem como objetivo primário a pesquisa. As universidades objetivam formar recursos humanos. A pesquisa agropecuária não é seu foco principal”.



O Sistema nacional de Pesquisa Agropecuária

O Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) é constituído pela Embrapa, pelas Oe-pas, por universidades e institutos de pesquisa de âmbito federal ou estadual, além de outras organizações públicas e privadas, direta ou indiretamente vinculadas à atividade de pesquisa agropecuária.

O sistema, em sua forma vigente, foi instituído em 1992 pela Portaria nº 193 (7/8/1992) do Ministério da Agricultura, autorizado pela Lei Agrícola (Lei nº 8.171, de 17/1/1991).

Assista na íntegra a audiência:



[Clique aqui e assista](#)

Parcerias que geram resultados

O ano de 2023 foi de muitas articulações e parcerias. Diálogos sempre em busca do melhor desenvolvimento da agricultura familiar e uma Ater e Pesquisa públicas mais fortes para garantir estrutura ao agricultor.

Representando a Asbraer, extensionistas da Emater-GO e Emater-MG participam da construção do 2º ciclo do Plano Nacional do Javali

Entre os dias 12 e 16 de junho, ocorreu a 2ª oficina de preparação do 2º ciclo do Plano Nacional do Javali, na Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro), em Brasília. Atualmente, o plano está em fase de elaboração para o aprimoramento do processo de controle, prevenção, monitoramento e fiscalização da espécie no Brasil, buscando a criação e revisão de instrumentos normativos e políticas públicas. O javali é considerado uma das 100 espécies invasoras mais importantes no mundo.

“Esse plano vai vigorar por cinco anos, abordando o javali, uma espécie exótica e invasora, que tem causado prejuízos sanitários, ambientais e econômicos ao país”, afirmou o chefe do escritório local da Emater-GO, em Silvânia, Antônio Sêneca. Ele e Alexandre Gonzaga, médico veterinário e extensionista da Emater-MG, participaram da oficina como representantes técnicos da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (Asbraer).

Segundo a coordenadora do plano e auditora fiscal federal agropecuária, Lia Coswig, a presença das instituições de Ater é importante por causa da capilaridade que elas possuem, podendo ter acesso aos agricultores e orientá-los quanto à invasão dos javalis quando outras instituições não conseguem. “Os pequenos produtores rurais têm muitos problemas com javali e, muitas vezes, o Ministério da Agricultura [MAPA] e o Ministério do Meio Ambiente [MMA] não conseguem chegar até eles para ajudá-los”, explicou.

O veterinário Gonzaga lembrou que esse é um tema que aparece pouco no dia a dia do extensionista local. “Apenas algumas regiões têm esse problema mais evidente, mas a extensão pretende acrescentá-lo nas nossas agendas estratégicas”, completou.



Para Sêneca, além do apoio aos agricultores, a atuação da Emater será a de fornecer dados, observar e ajudar na formação de diagnósticos para o melhoramento estratégico do plano.

A expectativa é que, após a elaboração e validação, o documento seja publicado em conjunto pelo MAPA e pelo MMA, sendo implementado em cerca de oito meses.

O evento também reuniu representantes do MAPA, MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além de órgãos de defesa agropecuária e educação ambiental.

Asbraer e Secretaria de Inspeção do Trabalho iniciam diálogos para realizar parceria

Em setembro, a diretora executiva da Asbraer, Mariana Matias, participou de uma reunião com representantes da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para tratar sobre o Programa Trabalho Sustentável (PTS).



O PTS busca promover a conduta empresarial responsável e o trabalho decente, através do diálogo social, com uma abordagem em cadeias produtivas, tendo como foco maior o setor rural neste momento.

Segundo o auditor fiscal Luiz Henrique Ramos, “a Emater é um ator importante para o desenvolvimento deste programa, tendo em vista a capilaridade que elas têm nos estados, com os seus profissionais no campo e dentro das propriedades rurais, podendo contribuir para a saúde e segurança no trabalho, bem como na erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo”.

Para Mariana Matias, esse é um trabalho muito importante para garantir a segurança do trabalho em todas as propriedades rurais e os extensionistas são agentes fundamentais para levar este conhecimento aos agricultores familiares.

As ações do programa para os trabalhadores visam realizar eventos presenciais, capacitações e também a distribuição de cartilhas informativas. A Asbraer atua intermediando o contato entre a SIT e as instituições de Ater.

Asbraer participa de reunião dos comitês de implementação do Projeto TEEB Agricultura e Alimentos ABC+

Ainda em setembro, a diretora executiva da Asbraer, Mariana Matias, participou da reunião dos comitês diretivo e técnico do Projeto TEEB Agricultura e Alimentos ABC+ no Brasil. O encontro foi virtual e teve como objetivo apresentar os resultados sobre os impactos socioeconômicos e ambientais da recuperação de pastagens degradadas.



Na ocasião, a Conferência do Clima de 2009, que ocorreu em Copenhague, foi lembrada por destacar o contexto de mudanças no clima global. Segundo os representantes dos comitês, durante a conferência, os cientistas indicaram que a emissão de gases de efeito estufa já provocava um grande aquecimento do planeta e citava os resultados climáticos adversos, que afetariam a agricultura em todo o mundo. Quinze anos depois e o setor vem sentindo essas consequências.

Os membros dos comitês também coletaram contribuições para o desenvolvimento de recomendações para a implementação do Plano ABC+ no país, inclusive destacaram a necessidade de fortalecer a Ater Pública para maior ampliação do plano.

O projeto é coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), além de ser composto por diversas entidades governamentais, não-governamentais e internacionais.

Asbraer participa da Conferência da Alimentação Escolar

Em novembro, a Asbraer participou do evento internacional “Alimentação escolar na América Latina e no Caribe: trajetória e perspectivas”, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. A realização foi da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O encontro contou, também, com a participação de representantes de governos de 21 países da região, entre eles diretores de programas de alimentação escolar, vice-ministros de educação e técnicos da área.

Na abertura do evento, estiveram a Embaixadora, Luiza Lopes da Silva, Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, Rafael Zavala, representante da FAO, Fernanda Pacobahyba, presidente do Fnde, Padre João (PT/MG), deputado federal e o estudante Mateus Fernandes, representando todos os estudantes da América Latina e Caribe.

A embaixadora considera o PNAE um programa de sucesso que o Brasil deve se orgulhar. “Existem aspectos que nós nos orgulhamos muito e esse casamento entre alimentação escolar e Agricultura familiar é um deles”, afirmou. Corroborando com isso, Fernanda Pacobahyba afirma que o programa possui um olhar multifacetado, quando não lida só com a alimentação dos alunos, mas a promoção da segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável do país. “O PNAE é um modelo de programa para todo o mundo porque é eficaz não só no fornecimento de alimentos saudáveis, mas na geração de renda no campo e na preservação do meio ambiente uma vez que sustentabilidade é um requisito no acesso ao PNAE”, considerou.

Rafael Zavala também seguiu esse argumento considerando o Brasil como modelo internacional da política de alimentação escolar. “O Brasil é um modelo de sucesso e tem sido estudado por países da América Latina e Caribe”.

Foi apresentado um balanço das ati-

vidades e conquistas dessa soma de esforços internacionais, além da promoção de oportunidades de diálogo sobre os próximos passos, com a ampliação das atividades e de países que integram a Rede de Alimentação Escolar Sustentável (Raes).

Lançamento da Cooperação Internacional Brasil-FAO para o ciclo 2024-2027

A Conferência acompanhou o lançamento do novo ciclo da Cooperação Internacional Brasil-FAO para 2024-2027. A cooperação foi formalizada durante o ato protocolar, nesta terça-feira, 14 de novembro, às 14h, no Auditório do Ministério da Educação (MEC). Além dos representantes das instituições já presentes na Conferência, o ato contou com a presença do Ministro da Educação, Camilo Santana e da primeira-dama do Brasil, Janja Lula da Silva.

A cerimônia também foi marcada pela concessão do título de embaixadora da Alimentação escolar à Primeira-Dama.



A Cooperação em Alimentação Escolar

As diversas ações de cooperação em alimentação escolar são inspiradas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que contribui para o compromisso do Brasil com a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, por meio da alimentação escolar. O Programa de Cooperação Brasil-FAO impulsiona a política de alimentação escolar, a partir da perspectiva do direito humano à alimentação adequada, e já beneficiou mais de 80 milhões de estudantes latino-americanos e caribenhos, enquanto a Raes tem o objetivo de apoiar os países na implementação e reformulação de programas de alimentação escolar, na perspectiva do acesso e da garantia do direito humano à alimentação adequada.

No Brasil, a implementação do PNAE passa, necessariamente, pela ATER Pública. São estas instituições que levam informação ao agricultor familiar e os ajuda a acessar o programa. Além disso, é a ATER que leva as técnicas e tecnologias desenvolvidas pelas OEPAs (Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária) para facilitar a vida do agricultor, ajudar a produzir em maior escala e com sustentabilidade respeitando o meio ambiente. As OEPAs desenvolvem as técnicas e tecnologias de produção sustentável e a ATER as leva ao campo. Como sustentabilidade é premissa do PNAE, as OEPAs e a ATER Pública são instituições imprescindíveis para o sucesso do PNAE.

Com apoio da cooperação brasileira, seis países – Bolívia, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá e Paraguai – aprovaram suas leis de alimentação escolar, seguindo o exemplo do Brasil. Além disso, mais de 30 mil profissionais foram capacitados por meio de numerosas ações presenciais e virtuais; e mais de nove mil agricultores familiares foram incorporados aos programas de alimentação escolar, a partir da inclusão da compra de sua produção para esses programas.

A alimentação escolar é uma política pública estratégica no combate à insegurança alimentar e nutricional no mundo. Na América Latina e no Caribe, há cerca de 170 milhões de estudantes. Dados da FAO, de 2022, indicam que o atraso no crescimento infantil afeta 5,7 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade na região (11,5%). Além disso, vale recordar que é especialmente prevalente entre crianças cujas mães pertencem à camada de rendimento mais baixa e não receberam educação formal. Similarmente, o excesso de peso afeta 4,2 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade (8,6%), o equivalente a 3 pontos percentuais acima da média global.

Com esse cenário, os programas de alimentação escolar oferecem benefícios como a melhoria da nutrição e da saúde de milhões de crianças, adolescentes e jovens; a redução da ausência escolar, frequente em crianças provenientes de famílias mais vulneráveis; e a garantia de melhores condições de desenvolvimento cognitivo. Além disso, as políticas de alimentação escolar, associadas às compras locais da agricultura familiar, terão papel central na proposta brasileira de discutir, no âmbito do G20 em 2024, a criação de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

O Brasil atua agora como copresidente da Coalizão Global para Alimentação Escolar, ao lado de França e Finlândia. O anúncio foi feito na primeira Reunião Global da Coalizão para a Alimentação Escolar, nos dias 18 e 19 de outubro de 2023, em Paris, na França.

A colaboração do Brasil com a FAO foi destaque no encontro, tendo sido ressaltada a parceria que culminou na criação da Raes. Por meio desse trabalho, mais de 20 países da região têm tido a oportunidade de aprofundar conhecimentos e trocas de experiências.

Essa troca de experiência, no que tange a produção da agricultura familiar e seu acesso com oferta de alimentos saudáveis e orgânicos, contou com a articulação da Asbraer com suas associadas para visitas técnicas, encontros técnicos onde a ATER Pública expôs como funciona o acesso do agricultor familiar em cada região brasileiras, as dificuldades e especificidades de cada estado, bem como cases de sucesso no PNAE.

A Asbraer se mantém à disposição para articulação e ações para o próximo ciclo da Cooperação em Alimentação Escolar 2024-2027.

Pela parceria realizada, a coordenadora regional do Projeto Consolidação de Programas de Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe, Najla Veloso, enviou uma carta de agradecimento à Asbraer. Confira abaixo.



Brasília, 20 de novembro de 2023.

Prezada Senhora,

Pela presente, venho, mui respeitosamente, agradecer à Vossa Senhoria e a toda a sua equipe pelo valioso apoio prestado por ocasião do evento “Alimentação Escolar na América Latina e Caribe – trajetórias e perspectivas”, realizado nos dias 13 e 14 de novembro, que contou com representantes de 18 países da região.

O evento foi promovido pelo projeto *Consolidação de Programas de Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe*, implementado no âmbito da Cooperação Internacional Brasil-FAO.

A sua participação no evento foi demasiadamente importante para alcance dos objetivos e, seguramente, impactarão nos desdobramentos da política de alimentação escolar desses países.

Na oportunidade, felicitamos a toda a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - Asbraer pelo eficiente e comprometido trabalho junto à agricultura familiar, realizado em favor da garantia do direito humano à alimentação adequada aos estudantes do Distrito Federal e externamos nossa consideração e apreço.

Atenciosamente,

Najla Veloso

Coordenadora Regional

Projeto Consolidação de Programas de Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe

À Vossa Senhoria

Mariana Matias

Diretora Executiva

Asbraer - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
Brasília/DF

